



**Simulado Preparatório para o
Concurso da Polícia Militar de Minas
Gerais**

Cargo: Oficial – Cadete

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h
- ✓ Banca Organizadora: DRH/CRS
- ✓ Número de Questões: 40
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

**Conteúdo Programático / Número de
Questões**

- Língua Portuguesa – 05
- Direito Constitucional – 05
- Direito Administrativo – 05
- Direito Penal – 05
- Direito Processual Penal – 05
- Direito Penal Militar – 05
- Direito Processual Penal Militar – 05
- Leg. Extravagante/Institucional – 05

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

**Este simulado está sendo
disponibilizado de maneira gratuita!**

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Policial Militar tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Oficiais geralmente comandam quartéis e guarnições, trabalho este que demanda muita responsabilidade do indivíduo.

Durante o curso de formação, você aprenderá noções de direito, manuseio de armamento e outros tópicos importantes, além de vestir aquela farda misteriosa.

A remuneração do Cadete 1º Ano está na casa dos R\$5,7 mil reais.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 1 a 3)

Além do ato instintivo, inconsciente, automático, puramente reflexo, evitação do sentimento doloroso, ocorre a infundável série dos gestos intencionais, expressando o pensamento pela mímica, convencionalizada através do tempo. Essa Signe Language, Gebärdensprache, Langue per Signes, Language per Gestes, tem merecido ensaios de penetração psicológica, indicando a importância capital como índices do desenvolvimento mental.

Desta forma o homem liberta e exterioriza o pensamento pela imagem gesticulada, com áreas mais vastas no plano da compreensão e expansão que o idioma. Primeira forma da comunicação humana, mantém sua prestigiosa eficiência em todos os recantos do mundo. As pesquisas sobre antiguidade e valorização de certos gestos, depoimentos insofismáveis de certos temperamentos pessoais e coletivos, índices de moléstias nervosas, apaixonam estudiosos.

A correlação dos gestos com os centros cerebrais, ativando-lhes a capacidade criadora, e não esses àqueles, possui, presentemente, alto número de defensores. Esclarecem-se, atualmente, a antiguidade e potência intelectual da Mímica como documento vivo, milenar e contemporâneo, individual e coletivo.

Não havendo obrigatoriedade do ensino mas sua indispensabilidade no ajustamento da conduta social, todos nós aprendemos o gesto desde a infância e não abandonamos seu uso pela existência inteira. Os desenhos

paleolíticos registram os gestos mais antigos, de mão e cabeça, e toda literatura clássica, história, viagem, teatro, poemas, mostra no gesto sua grandeza de expressão insubstituível.

Não existe, logicamente, a mesma tradução literal para cada gesto, universalmente conhecido. Na famosa estória popular da Disputa por Acenos, cada antagonista entendia o gesto contrário de acordo com seu interesse. Negativa e afirmativa, gesto de cabeça na horizontal e vertical, têm significação inversa para chineses e ocidentais. Estirar a língua é insulto na Europa e América, é saudação respeitosa no Tibete. Vênias, baixar a cabeça, curvar os ombros, ajoelhar-se, elevar a mão à frente, são universais. A mecânica da adaptação necessária a outras finalidades de convívio explica a multiplicação.

1. De acordo com o texto,

- a) ainda que de eficácia limitada, a linguagem gestual tem lugar no desenvolvimento do homem desde o início da comunicação verbal.
- b) embora a linguagem gestual, ou mímica, não se limite ao idioma de quem a utiliza, diferenças culturais chegam a atribuir sentidos contrários a um mesmo gesto.
- c) uma vez que a utilização da linguagem gestual é intensa na infância, mesmo que dispensável na vida adulta, terminamos por preservar-lhe alguns resquícios.
- d) ao contrário, por exemplo, da língua de sinais desenvolvida para deficientes auditivos, a mímica, presente desde a infância, é preponderantemente de caráter instintivo.

2. A correlação dos gestos com os centros cerebrais, ativando-lhes a

capacidade criadora, e não esses àqueles, possui, presentemente, alto número de defensores. (3º parágrafo)

Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:

- a) gestos – centros cerebrais – gestos
- b) centros cerebrais – gestos – gestos
- c) centros cerebrais – centros cerebrais – gestos
- d) centros cerebrais – gestos – centros cerebrais

3. Ao utilizar de diferentes línguas para referir-se à expressão do pensamento pela mímica (1º parágrafo), o autor

- a) confere um caráter particular à linguagem de sinais, em oposição à universalidade das línguas que usam um mesmo alfabeto.
- b) lustra a diversificação da linguagem de sinais, que muda em consonância com a língua falada em cada lugar.
- c) representa a infundável série dos gestos intencionais, muito embora decodificáveis independentemente da língua das pessoas.
- d) sugere que o interesse por esse assunto não é exclusividade sua; ao contrário, está disseminado entre os mais diversos povos.

4. A palavra “despossuídos” recebe acento gráfico pelo mesmo motivo que

- a) aí.
- b) décadas.
- c) fúteis.
- d) literária.

5. Dentre as alternativas, assinale a exceção quanto à correção da regência.

- a) Obedeceu ao regimento da instituição e se manteve alheia aos comentários.

b) Não manifestar-se, em tempo oportuno, implica na perda da vaga.

c) Os responsáveis receberam o auxílio de que necessitavam para dar sequência ao processo.

d) Os profissionais da saúde assistiram os enfermos no ambulatório central.

Direito Constitucional

6. Conforme prevê a Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária; a defesa da dignidade da pessoa humana; dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a defesa da paz.

b) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária; a prevalência dos direitos humanos; a dignidade da pessoa humana; a solução pacífica dos conflitos; o pluralismo político.

c) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da soberania; da prevalência dos direitos humanos; da dignidade da pessoa humana; dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; da defesa da paz.

d) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

7. São direitos fundamentais dispostos na Constituição da República, exceto:

- a) Irretroatividade absoluta da lei penal, independentemente de sua natureza
- b) Inviolabilidade da vida privada
- c) Privilégio temporário ao autor para exploração de inventos industriais
- d) Obtenção de certidões em repartições públicas, independente do pagamento de taxas

8. Com referência ao habeas corpus e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

I Não caberá habeas corpus nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.

II O habeas corpus é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontre sob disputa judicial.

III Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de habeas corpus.

IV O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

9. A Constituição Federal do Brasil veda o trabalho do menor de 16 anos; porém, permite que o maior de 14 anos

exerça o trabalho na condição de aprendiz. Assim, o aprendiz

- a) não pode trabalhar em horário e locais que não permitem sua frequência na escola.
- b) pode realizar qualquer tipo de trabalho, desde que seja até às 23 horas.
- c) pode realizar trabalho em local insalubre, desde que devidamente autorizado pelos pais ou responsável.
- d) pode realizar excepcionalmente e desde que autorizado pelos pais ou responsável, trabalho após às 23 horas.

10. Nos termos da Constituição da República, assinale a alternativa correta:

- a) A segurança pública tem por objeto a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo exercida, dentre outros órgãos, através do Ministério Público militar.
- b) Incumbe à polícia federal, à polícia rodoviária federal e à polícia ferroviária federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) As polícias militares e corpos de bombeiros militares de Minas Gerais, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores do Estado.
- d) Em caso de incêndio florestal, catástrofe ou epidemia que coloque em risco a população local, incumbe à Força Nacional planejar e coordenar as atividades de defesa civil a serem executadas pelas polícias florestais e guardas municipais.

Direito Administrativo

11. Suponha que determinada entidade integrante da Administração federal pretenda majorar os valores cobrados

dos cidadãos para o licenciamento ambiental de empreendimentos, cuja análise e concessão encontram-se em sua esfera de competência legal. A atuação da referida entidade corresponde à expressão de

- a) poder regulamentar, passível de cobrança por preço público que reflita os custos efetivamente incorridos.
- b) poder normativo, dependendo a majoração da edição de decreto do Chefe do Executivo.
- c) discricionariedade administrativa, representada por ato da autoridade competente, mediante resolução.
- d) poder de polícia, custeado mediante cobrança de taxa instituída, obrigatoriamente, por lei.

12. Uma das características dos atos administrativos é:

- a) a sujeição ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.
- b) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.
- c) a presunção de legitimidade.
- d) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.

13. O princípio que determina que os serviços públicos sejam remunerados por valor acessível ao usuário é denominado princípio da

- a) modicidade.
- b) continuidade do serviço público.
- c) eficiência.
- d) economicidade.

14. Após colisão entre dois automóveis — um, da administração pública, dirigido por servidor público efetivo; e

outro, particular —, ficou comprovada a culpa exclusiva do particular.

Nessa situação hipotética, arcará com o dano causado

- a) cada um dos envolvidos com seu respectivo prejuízo.
- b) o servidor público subsidiariamente à administração pública.
- c) o particular, por ser essa situação uma hipótese de causa excludente da responsabilidade do ente público.
- d) a administração pública, em decorrência da responsabilidade objetiva.

15. A respeito do pregão, disciplinado na Lei n.º 10.520/2002, assinale a opção correta.

- a) Essa modalidade de licitação não poderá ser utilizada para registro de preços destinados à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde.
- b) A referida modalidade de licitação é destinada à aquisição de bens comuns para utilização única e exclusivamente pela União.
- c) Da decisão que proclamar o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, tendo o prazo de quinze dias para a apresentação do recurso.
- d) O prazo para a apresentação das propostas, contado a partir da data de publicação de aviso do edital, não será inferior a oito dias úteis.

Direito Penal

16. Sobre a aplicação da lei penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

II. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

III. O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

17. No que tange ao conceito de crime, nos termos do Código Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) A tentativa é punida mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- c) Considera-se crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde nas mesmas penas aplicáveis ao crime consumado.

18. Em relação à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) Situação hipotética: João, namorado de Maria e por ela apaixonado, não aceitou a proposta dela de romper o compromisso afetivo porque ela iria estudar fora do país, e resolveu mantê-la em cárcere privado. Assertiva: Nessa situação, a atitude de João enseja o reconhecimento

da inimputabilidade, já que o seu estado psíquico foi abalado pela paixão.

- b) Na situação em que o agente, com o fim precípua de cometer um roubo, embriaga-se para ter coragem suficiente para a execução do ato, não se aplica a teoria da actio libera in causa ou da ação livre na causa.

- c) Situação hipotética: Elizeu ingeriu, sem saber, bebida alcoólica, pensando tratar-se de medicamento que costumava guardar em uma garrafa, e perdeu totalmente sua capacidade de entendimento e de autodeterminação. Em seguida, entrou em uma farmácia e praticou um furto. Assertiva: Nesse caso, Elizeu será isento de pena, por estar configurada a sua inimputabilidade.

- d) Situação hipotética: Paulo foi obrigado a ingerir álcool por coação física e moral irresistível, o que afetou parcialmente o controle sobre suas ações e o levou a esfaquear um antigo desafeto. Assertiva: Nesse caso, a retirada parcial da capacidade de entendimento e de autodeterminação de Paulo não enseja a redução da sua pena no caso de eventual condenação.

19. Mário e Mauro combinam a prática de um crime de furto a uma residência. Contudo, sem que Mário saiba, Mauro arma-se de um revólver devidamente municiado. Ambos, então, ingressam na residência escolhida para subtrair os bens ali existentes. Enquanto Mário separava os objetos para subtração, Mauro é surpreendido com a presença de um dos moradores que, ao reagir a ação criminosa, acaba sendo morto por Mauro. Nesta hipótese

- a) Mário e Mauro responderão pela prática de latrocínio.

- b) Mário e Mauro responderão pela prática de furto.
- c) Mário responderá pela prática de furto simples e Mauro responderá pela prática de furto qualificado.
- d) Mário responderá pela prática de furto e Mauro pelo crime de latrocínio.

20. O Major da polícia militar denominado “A” dirigiu-se à 32ª Delegacia de Polícia e, valendo-se da sua qualidade de funcionário público, tentou favorecer pessoa acusada de tentativa de homicídio, pedindo ao agente responsável pela oitiva que ajudasse o detido a sair daquela situação. Assim colocada a questão, assinale a alternativa que corresponda ao delito cometido pelo agente “A”:

- a) Condescendência criminosa.
- b) Tráfico de influência.
- c) Advocacia administrativa.
- d) Exploração de prestígio.

Direito Processual Penal

21. No âmbito do inquérito policial, incumbe à autoridade policial

- a) arquivar o inquérito policial.
- b) assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato.
- c) decretar a prisão preventiva.
- d) presidir a audiência de custódia.

22. Sobre as características do inquérito pode se dizer que ele é:

- a) inquisitivo e público.
- b) acusatório e informativo
- c) sigiloso e contraditório
- d) inquisitório e informativo.

23. Sobre as diversas modalidades de ação penal, é correto afirmar:

- a) Em caso de morte do ofendido, o direito de intentar a ação privada propriamente

dita se transmite ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão da vítima.

- b) O prazo decadencial para o oferecimento da requisição pelo Ministro da Justiça na ação penal condicionada é de seis meses.

c) A ação penal privada subsidiária da pública fere o comando constitucional que atribui ao Ministério Público a titularidade da ação penal.

d) Com a revogação do crime de adultério, deixou de existir no ordenamento jurídico brasileiro a chamada ação penal privada personalíssima.

24. O exame de corpo de delito

a) terá seu laudo pericial elaborado no prazo máximo de 30 dias e poderá ser prorrogado pelo juiz por igual prazo.

b) é realizado somente por perito oficial, portador de diploma de curso superior, que deverá prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

c) terá a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico permitidos somente ao Ministério Público e à defesa.

d) será indispensável quando a infração deixar vestígio, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

25. Sobre a prisão em flagrante, é correto afirmar que

a) é ato exclusivo da autoridade policial nos casos de perseguição logo após a prática do delito.

b) deve o delegado de polícia representar pela prisão preventiva, quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, dada a impossibilidade de prisão em flagrante.

c) é vedada pelo Código de Processo Penal, em caso de crime permanente,

d) diante da possibilidade de prisão temporária.

d) o auto de prisão em flagrante será encaminhado ao juiz em até 24 horas após a realização da prisão, e, caso não seja indicado o nome de seu advogado pela pessoa presa, cópia integral para a Defensoria Pública.

Direito Penal Militar

26. A definição de crime militar, no ordenamento jurídico brasileiro, é estabelecida de modo exclusivo em razão

- a) da lei (ratione legis).
- b) do lugar em que a conduta foi praticada (ratione loci).
- c) da pessoa que praticou a conduta (ratione personae).
- d) da pessoa contra a qual a conduta foi praticada (ratione personae).

27. Assinale a alternativa que indica um crime propriamente militar, de acordo com a denominada Teoria Clássica.

- a) Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar (art. 263 do Código Penal Militar).
- b) Ingresso clandestino (art. 302 do Código Penal Militar)
- c) Favorecimento a desertor (art. 193 do Código Penal Militar).
- d) Omissão de socorro (art. 201 do Código Penal Militar).

28. Acerca do concurso de agentes, assinale a opção correta à luz do CPM.

- a) No cálculo da pena de crimes militares em que haja concurso de pessoas, as condições ou as circunstâncias de caráter pessoal dos coautores serão consideradas apenas nos casos em que os agentes tenham consciência dessas condições ou circunstâncias.

b) O CPM tipifica como causa de aumento da pena o fato de um agente dirigir as atividades dos demais agentes envolvidos no evento delituoso.

c) Se o crime for praticado com o concurso de dois ou mais oficiais, a pena desses oficiais deverá ser aplicada em dobro.

d) Se o crime for cometido por inferiores juntamente com um ou mais oficiais, estes, assim como os demais inferiores que estiverem exercendo função de oficial, serão considerados cabeças da ação delituosa.

29. Sobre os crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os crimes dolosos contra a vida serão da competência da justiça comum.
- b) Os crimes dolosos contra a vida, cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.
- c) Os crimes dolosos contra a vida, cometidos contra militar, serão da competência da justiça comum.
- d) Os crimes dolosos contra a vida, cometidos contra civil, serão da competência da justiça militar.

30. Soldado Oliveira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de serviço, juntamente com sua companheira de serviço, Soldado Nayara, durante abordagem a uma civil conhecida como Valéria, por imprudência e sem intenção, efetuou um disparo de arma de fogo que veio a atingir fatalmente Valéria. Diante da conduta praticada pelo Soldado Oliveira, é correto afirmar que o policial militar cometeu

- a) crime comum de homicídio culposo.
- b) crime militar de homicídio culposo.
- c) crime comum de feminicídio.
- d) crime militar de feminicídio.

Direito Processual Penal Militar

31. De acordo com o CPPM, os casos nele omissos poderão ser supridos:

- a) Pelas normas do Código de Processo Penal comum, sem adoção de leis extravagantes, em face do princípio da especialidade;
- b) Pelos princípios gerais de direito e pela analogia;
- c) Pela analogia e pelos usos e costumes militares estabelecidos pelos respectivos regulamentos;
- d) Em tempo de guerra ou de conflito armado pelas normas do Estatuto de Roma e pelas Convenções de Genebra.

32. Quanto à aplicação da lei processual penal militar:

- a) Tem aplicação intertemporal apenas nos crimes militares em tempo de guerra;
- b) Não tem aplicação a crimes militares estaduais no que tange aos recursos e à execução de sentença;
- c) Tem aplicação em tempo de paz exclusivamente no território nacional;
- d) A bordo de aeronaves ou navios estrangeiros em qualquer lugar se a infração atenta contra as instituições militares ou a segurança nacional.

33. Sobre as nulidades no processo penal militar, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que declarar a nulidade não indicará os atos a que ela se estende.
- b) Os atos, cuja nulidade houver sido sanada, serão renovados ou retificados.
- c) A nulidade de um ato, uma vez declarada, envolverá a dos atos subsequentes.
- d) Será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

34. A legislação processual penal militar estabelece um regramento específico para a autoridade judiciária militar, no caso, o juiz. É correto o que se afirma em:

- a) O juiz de Direito do Juízo Militar não pode determinar a abertura de IPM, sendo esta atribuição exclusiva de outras autoridades elencadas no Código de Processo Penal Militar, tais como o Comandante ou o Ministério Público, devendo a autoridade judicial encaminhar a notícia crime ao Ministério Público.
- b) Toda vez que o Código de Processo Penal Militar se referir a Juiz, restringe-se apenas ao juiz togado, sendo expressa a menção quando se tratar de autoridade judiciária militar colegiada.
- c) Poderá a praça compor o Conselho Permanente de Justiça, apenas em substituição ao oficial, e ainda, provisoriamente para alguns atos, respeitando-se sempre a hierarquia em relação ao réu.
- d) As regras de suspeição não se aplicam aos membros do Conselho Permanente de Justiça, somente ao juiz togado, uma vez que todo oficial tem interesse na disciplina militar, mesmo porque não pertence ao Poder Judiciário e sim ao Poder Executivo.

35. Quanto à denúncia, estabelece a lei processual penal militar:

- a) Deverá conter o rol de testemunhas em número não superior a seis, além das informantes;
- b) Será rejeitada de plano se não contiver os requisitos expressos no art. 77 do CPPM;
- c) Deve ser oferecida no prazo de cinco dias se o acusado estiver preso e quinze dias se o acusado estiver solto, podendo,

em ambos os casos, ser prorrogado ao dobro ou ao triplo por despacho do juiz.

d) Uma vez oferecida não poderá o juiz determinar o seu arquivamento.

Leg. Extravagante/Institucional

36. Analise as assertivas abaixo, sobre crimes hediondos, e assinale a alternativa correta:

I. A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, atualmente, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, ou 3/5 (três quintos), se reincidente em crime da mesma espécie.

II. A liberdade provisória não é permitida nos processos por crimes hediondos, mas o excesso de prazo autoriza o relaxamento da prisão processual.

III. A pena para os crimes hediondos, ou equiparados, será cumprida inicialmente em regime fechado, na hipótese de não cabimento de regimes menos gravosos.

IV. Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, não é obrigatório o exame criminológico na avaliação do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos pelo condenado, mas uma vez exigido, tal decisão deve ser fundamentada.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.

37. De acordo com a Lei Antidrogas, Lei nº 11.343/06:

a) Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, é crime punido com detenção.

b) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, não é crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

c) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o médico atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

d) O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, perderá os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.

38. De acordo com o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, Os militares que tenham de afastar-se, em caráter definitivo, da guarnição em que servem, por motivo de transferência de Unidade, classificação, adição ou comissão de caráter permanente, terão direito aos seguintes períodos de trânsito e instalação:

- a) Oficiais: 25 (vinte e cinco) dias.
- b) Sargentos: 12 (doze) dias.
- c) Subtenentes: 16 (dezesseis) dias.
- d) cabos e soldados: 15 (quinze) dias.

39. A respeito da Licença para Tratamento da Própria Saúde, o militar

que, após _____ anos de licença continuada para tratamento de saúde, for julgado carecedor de nova licença, será reformado ou excluído nos termos deste Estatuto, ainda que sua incapacidade não seja definitiva.

Tomando como base o Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais, qual alternativa completa corretamente a lacuna acima:

- a) 2 (dois)
- b) 3 (três)
- c) 4 (quatro)
- d) 5 (cinco)

40. O Código de Ética do Estado de Minas Gerais diz que a disciplina militar é a exteriorização da ética profissional dos militares do Estado e manifesta-se pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e em todos os graus da hierarquia, quanto aos seguintes aspectos, exceto:

- a) pronta obediência às ordens legais;
- b) inobservância às prescrições regulamentares;
- c) emprego de toda a capacidade em benefício do serviço;
- d) correção de atitudes.

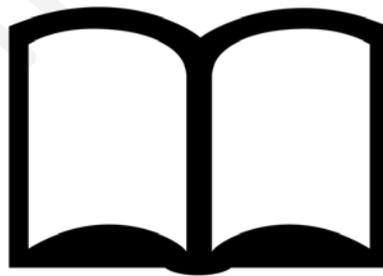
Gabarito

1. B	2. C	3. D	4. A	5. B	6. D	7. A	8. B	9. A	10. C
11. D	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. B	18. C	19. D	20. C
21. B	22. D	23. A	24. D	25. D	26. A	27. D	28. D	29. B	30. B
31. B	32. B	33. C	34. A	35. A	36. C	37. A	38. C	39. A	40. B

**Como foi?
Acertou várias?
Esperamos que sim!
Leia e releia as questões que você errou.**

**Avalie-nos quanto a esse Simulado.
Fique a vontade para sugerir novas provas!
Abaixo temos o gabarito comentando para auxiliá-lo em seus futuros
desempenhos.**

**Obrigado por confiar em nós.
Rumo à Aprovação!**



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!

1. (a) Ainda que de eficácia limitada, a linguagem gestual tem lugar no desenvolvimento do homem desde o início da comunicação verbal (extrapolação pois, não se pode inferir isso do texto). Até hoje em dia paira certa dúvida entre os estudiosos, de quando foi o início da comunicação verbal. (c) Mesmo que dispensável na vida adulta (contradição não havendo obrigatoriedade do ensino mas sua indispensabilidade no ajustamento da conduta social, todos nós aprendemos o gesto desde a infância e não abandonamos seu uso pela existência inteira. (d) Ao contrário da língua de sinais desenvolvida para os deficientes auditivos – extrapolação pois, o texto sequer menciona os deficientes.

2. A correlação dos gestos com os centros cerebrais, ativando-lhes (quem será ativado? Os centros cerebrais, logo o pronome lhes retoma o termo anterior) a capacidade criadora, e não esses (os centros cerebrais) àqueles (gestos), possui, presentemente, alto número de defensores.

3. (a) Confere um caráter universal à linguagem de sinais, em oposição à particularidade das línguas que usam um mesmo alfabeto. (b) Ilustra a diversificação da linguagem de sinais, que muda em consonância com a cultura de cada lugar. (c) Representa a infundável série dos gestos pensados, muito embora decodificáveis independentemente da língua das pessoas. (Desta forma o homem liberta e exterioriza o pensamento pela imagem gesticulada).

4. A palavra "des-pos-su-í-dos" é acentuada pela regra do hiato ("i" ou "u" tônicos seguidos ou não de "s" quando há o encontro de duas letras com sons vocálicos, em uma mesma palavra, e em sílabas diferentes). A palavra "a-í" é acentuada pela regra do hiato.

5. (a) Quem obedece... obedece a alguma coisa... (ao regimento). (b) Não se manifestar, ... (O não atrai o pronome - caso de próclise) (c) Quem necessita...necessita de algo.... (d) Assistir no sentido de cuidar (VTD - verbo transitivo direto).

6. Art. 1º, CF – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, (territórios não se encaixa aqui) constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (mnemônico: SO – CI – DI- VA – PLU) I – a SOberania; II – a CIdadania; III – a DIgnidade da pessoa humana; IV – os VAlores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o PLUralismo político.

7. Não se pode falar em “irretroatividade absoluta da lei penal”. Ao contrário, a lei penal pode retroagir, desde que para beneficiar o réu. É o caso da retroatividade de lei penal benigna.

8. I – Súmula 693 STF: não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a

pena pecuniária seja a única cominada. II - A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido de Habeas Corpus (HC 81681) em favor de um menor cuja guarda está sendo disputada pelos pais. Os ministros, seguindo precedente da Corte, entenderam que esse não é o meio processual adequado para se discutir esse direito, que tem como foro apropriado o cível. III - Súmula 695 STF: não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade. IV - Súmula 630 STF: a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

9. Art. 7º da CF/88 – XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

10. Art. 144, CF – § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

11. Poder de Polícia pode ser preventiva, repressiva e fiscalizatória. A questão refere-se a preventiva, pois quando trata-se de disposições genéricas e abstratas como, por exemplo, as portarias e regulamentos que se materializam nos atos que disciplinam horário para funcionamento de determinado estabelecimento, proíbem desmatar área de proteção ambiental, soltar balões, entre outros.

12. Presunção de Legitimidade/veracidade dos Atos administrativos: é o único atributo presente em todo ato administrativo. Ou seja, todo ato tem a seu favor essa Presunção de Legitimidade e Veracidade. É uma presunção relativa (presunção "juris tantum"), que é aquela onde se admite prova em contrário, tornando o ônus da prova de responsabilidade do cidadão que não concordou com a prática daquele ato administrativo.

13. Modicidade: (mais barato) Os serviços públicos devem ser prestados a preços módicos e razoáveis. Sua fixação deverá considerar a capacidade econômica do usuário e as exigências do mercado, de maneira a evitar que o usuário deixe de utilizá-lo em razão de ausência de condições financeiras, sendo, por esta razão, excluído do universo de beneficiários do serviço público.

14. Excludentes de responsabilidade: o direito brasileiro adota a teoria da responsabilidade objetiva na variação teoria do risco administrativo, a qual reconhece excludentes da responsabilidade estatal. Excludentes são circunstâncias que, ocorrendo, afastam o dever de indenizar. São três: a) Culpa Exclusiva da Vítima; b) Força Maior; c) Culpa de Terceiro.

15. Lei nº 10.520/02 – Art. 4º - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

16. De acordo com o CP: I. É a teoria da ação. Art. 4º Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. II. É a teoria da ubiquidade. Art. 6º Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou a omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. III. Art. 10. O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

17. Art. 13, § 2º do CP: O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

18. Exclui-se a imputabilidade em virtude de embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou de força maior. (Art. 28 do Código Penal).

19. Art. 29 Código Penal - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

20. Advocacia administrativa (crime próprio. Só funcionário público pode praticá-lo). Art. 321, CP - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

21. Art. 20, CPP. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. É autoridade policial, isto é, o delegado.

22. Características do Inquérito Policial – Inquisitorial: não há contraditório. O inquérito policial é um procedimento, sendo assim, não possui contraditório. Logo, ele é inquisitivo. Informativo: o inquérito policial não pode servir de fundamentação para a sentença, tendo em vista que os seus atos não foram submetidos ao contraditório. O inquérito policial serve unicamente de peça informativa que autoriza a propositura da ação penal (justa causa = lastro probatório mínimo).

23. Art. 31, CPP. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

24. Art. 158, CPP. "Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado".

25. Art. 306, CPP. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. § 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. § 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

26. Para conceituar o crime militar em si, o legislador adotou o critério *ratione legis*, isto é, crime militar é o que a lei considera como tal. Não define: Enumera.

27. Para a teoria clássica, adotada por Célio Lobão e Jorge Cesar de Assis crimes propriamente militares seriam os que só podem ser cometidos por militares, pois consistem em violação de deveres que lhe são próprios. Trata-se, de crime funcional praticável somente pelo militar, a exemplo da deserção (art. 187), da covardia (art. 183), dormir em serviço (art. 203).

28. Art. 53, CPM § 5º - Quando o crime é cometido por inferior e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

29. Art. 9, parágrafo único, do CPM. "Art. 9 - Consideram-se crimes militares, em tempo de paz: Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil serão da competência da justiça comum."

30. O crime é militar, mas a partir da Lei 9.299/96 (conhecida como 'Lei Rambo' por estar ligada ao policial que torturava e matava civis), a competência para processo e julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis, ainda que em serviço, foi retirada da Justiça Militar e passada para o Tribunal do Júri.

31. Art. 3º, CPPM – Os casos omissos neste Código serão supridos: a) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar; b) pela jurisprudência; c) pelos usos e costumes militares; d) pelos princípios gerais de Direito; e) pela analogia.

32. Art. 6º, CPPM – Obedecerão às normas processuais previstas neste Código, no que forem aplicáveis, salvo quanto à organização de Justiça, aos recursos e à execução de sentença, os processos da Justiça Militar Estadual,

nos crimes previstos na Lei Penal Militar a que responderem os oficiais e praças das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares.

33. Art. 506, CPPM – §1º A nulidade de um ato, uma vez declarada, envolverá a dos atos subsequentes.

34. Não existe, no CPPM, requisição judicial para abertura de IPM, sendo, nesse ponto, mais avançado que o CPP comum. Este possui previsão de requisição judicial que, na visão da doutrina, não foi recepcionada pela CRFB/88, uma vez que o juiz inquisidor ofende o sistema acusatório. As hipóteses estão no art. 10 do CPPM. Já o CPP Comum possui esta previsão no art. 5º - Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado: I - de ofício; II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

35. Art. 77, CPPM. A denúncia conterà: h) o rol das testemunhas, em número não superior a seis, com a indicação da sua profissão e residência; e o das informantes com a mesma indicação.

36. Liberdade provisória é permitida, porém não pode estar condicionada à fiança. Para cumprimento de regime: 2/5 primário e 3/5 reincidente. Livramento condicional: cabe depois de cumprido 2/3 da pena, salvo nos casos em que o condenado for reincidente específico. Reincidente específico = crime hediondo ou equiparado + crime hediondo ou equiparado

37. Art. 38 – Lei 11.343/06 – Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa. Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

38. Art.112 (Lei 5.301/69) - Os militares que tenham de afastar-se, em caráter definitivo, da guarnição em que servem, por motivo de transferência de Unidade, classificação, adição ou comissão de caráter permanente, terão direito aos seguintes períodos de trânsito e instalação: I - oficiais e aspirantes a oficial: 20 (vinte) dias; II - subtenentes e sargentos: 16 (dezesesseis) dias; III - cabos e soldados: 10 (dez) dias.

39. Art. 121 (Lei 5.301/69) - O militar que, após 2 (dois) anos de licença continuada para tratamento de saúde, for julgado carecedor de nova licença, será reformado ou excluído nos termos deste Estatuto, ainda que sua incapacidade não seja definitiva.

40. Art. 6º, §2º, II (Lei 14.310/02) – observância às prescrições regulamentares.